



Opinião
M. Graça Carvalho

O governo e a cultura: muito pouco, muito vago e muito tarde

Segundo foi anunciado nesta segunda-feira, a Comissão Europeia selecionou uma empresa portuguesa para liderar um projeto-piloto destinado a medir, através da recolha de dados estatísticos, o impacto dos setores cultural e criativo na Europa, bem como os efeitos por estes sofridos devido à pandemia de covid-19.

Esta é uma boa notícia para Portugal, porque significa que temos empresas capazes de se afirmarem na competitiva e cada vez mais importante área dos dados. E é também mais uma prova do reconhecimento pela Comissão da importância estratégica dos setores cultural e criativo, que empregam mais de 12 milhões de pessoas na União Europeia e têm um enorme relevo, não apenas nas nossas economias mas em inúmeras dimensões das nossas vidas.

A cultura e a criatividade merecem ver o seu real valor apurado e reconhecido. Neste ano de pandemia, com todos os constrangimentos que tiveram de enfrentar, estes setores demonstraram mais uma vez a enorme adaptabilidade que os caracteriza, e foram decisivos, quando muitas outras coisas falhavam, para a manutenção do equilíbrio do tecido social.

Os nossos artistas, os nossos criativos, os empresários destas áreas não mereceram a resposta tardia e insuficiente que tiveram do governo português ao preço desproporcional que pagaram pelas medidas de contenção da pandemia. E não merecem a forma superficial com que o seu futuro próximo está a ser equacionado.



Os nossos artistas, os nossos criativos, os empresários destas áreas não mereceram a resposta tardia e insuficiente que tiveram do governo português.

Nesta semana, em resposta a uma carta aberta que lhe foi endereçada por centenas de agentes culturais, o primeiro-ministro respondeu simpaticamente, mas de forma pouco esclarecedora, às preocupações sobre a falta de uma atenção clara a estes setores no plano de recuperação submetido a Bruxelas. Perante apelos concretos para a consignação de verbas da chamada “bazuca” europeia, António Costa falou essencialmente em benefícios “transversais”, como investimentos na eficiência energética, na infraestrutura digital de equipamentos culturais e na capacitação digital dos respetivos agentes. E terminou socorrendo-se do facto de o plano se encontrar ainda em fase de consulta pública para deixar em aberto a hipótese de acolher mais contributos.

Foi, mais uma vez, muito pouco, muito vago e muito tarde. O primeiro-ministro sabia que, em setembro, foi aprovada uma resolução no Parlamento Europeu – entusiasticamente defendida pela família política na qual o PS se insere – pedindo precisamente a atribuição de pelo menos 2% das verbas dos planos de recuperação a estes setores. Poderia até ter beneficiado de vários contributos para estruturar uma estratégia nesse sentido, nomeadamente os que constavam das propostas para a cultura apresentadas pelo Conselho Estratégico Nacional do PSD. Por isso, não pode agora vir justificar-se com os “prazos apertados” de submissão do plano a Bruxelas.

António Costa sabia – ou deveria saber – que o próprio comissário europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, integrou os setores cultural e criativo numa lista de ecossistemas industriais prioritários para a recuperação económica. E, por isso, não deve agora vir invocar supostos condicionalismos decorrentes da ligação obrigatória dos planos de recuperação aos pilares das transições verde e digital.

Para passar por bom aluno, é preciso revelar melhor conhecimento da matéria dada. Mas agora, que já não pode dizer que não sabia ou não podia, o que importa mesmo é o governo emendar a mão e fazer o que está certo.

Eurodeputada do PSD



Opinião
Jorge Costa Oliveira

O PRR, a falta de estratégias nacionais e a marginalização das pequenas empresas

Na página *online* do governo apresentando o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) informa-se que este “se insere no âmbito da Estratégia Portugal 2030, o referencial estratégico para as opções estruturais do nosso país ao longo da década, e que tem por base a visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030, [...] elaborado pelo Professor António Costa Silva”. Nesta visão propugna-se a criação de um “cluster do hidrogénio verde” e de um “cluster do lítio, do nióbio, do tântalo e das terras raras”.

Entretanto, quer na Estratégia Portugal 2030 quer no Programa Nacional de Investimentos – PNI 2030 faz-se alguma menção ao hidrogénio – nomeadamente ao investimento de 2850 milhões de euros no Projeto Industrial de Produção de Hidrogénio Verde em Sines 2021-2030 – mas nenhuma menção ao lítio.

No PRR aparece uma menção a uma “Fileira Integrada de Lítio e Fabrico de Baterias” como “um projeto estratégico transfronteiriço entre Portugal e Espanha” com espartanas 24 linhas, onde se menciona o enorme potencial do INL – o que é absolutamente correto. Mas onde também se escrevem pérolas como “Portugal possui a capacidade de atrair a tecnologia e empresas interessadas na sua refinação”. Parece oportuno esclarecer o ministro do Ambiente de que a única empresa europeia que tem uma unidade-piloto de refinação certificada ca-

paz de demonstrar adequada capacidade tecnológica (idêntico ao que sucedeu com a outra refinaria de lítio na União Europeia – a da Keliber – aceite como tal pelo BEI) chama-se Outotec Oyj, a qual não só foi atraída como já celebrou contratos com a única concessionária que assumiu a obrigação de proceder à refinação em hidróxido de lítio.

Quanto a “empresas interessadas na sua refinação”, há muitas. Até porque, na cadeia de valor do lítio, o segmento em que operará com maiores margens será o da refinação (em 2030 haverá duas a três refinarias na UE), não o das unidades de produção de cátodos e ânodos (em 2030, 20-30+ operadores na UE), nem o da produção de células elétricas (em 2030, 30-40+ operadores na UE), nem o das montadoras de baterias elétricas (em 2030, 20-30+ operadores na UE). O importante é mesmo tentar integrar a refinação com etapas subsequentes a jusante, se possível até uma montadora, provavelmente de baterias estacionárias. Mas para isso suceder é importante o governo português apoiar empresas portuguesas com massa crítica e visão (que são empresas pequenas e disruptivas), não energéticas habituadas a viver de rendas da energia ou de pouco edificante proteção (dos governos) nem empresas estrangeiras que em devido tempo – quando eram *startups* disruptivas – foram apoiadas pelos governos dos seus países...

Continua a aprovar-se documentos estratégicos para 2030 sem existir uma Estratégia Nacional para o Lítio. E Portugal continua fora do IPCEI relativo à cadeia de valor das baterias de lítio – existente desde 2019, englobando 12 países da UE e dezenas de empresas da Aliança Europeia de Baterias (AEB), beneficiando de ajudas estatais até 2,9 mil milhões de euros.

A lamentável marginalização das pequenas empresas portuguesas membros da AEB é infelizmente reveladora da forma como as PME, ainda que criativas e disruptivas e teoricamente beneficiárias primeiras dos fundos europeus, são tratadas pelos governantes deste país.



É importante o governo português apoiar empresas portuguesas com massa crítica e visão (que são empresas pequenas e disruptivas).

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira